



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

Processo nº: 9800/2018-e

Informação nº: 47/2018-SEORC, de 05 de julho de 2018.

Assunto: Elaboração da Proposta Orçamentária – Exercício 2019. Consolidação das informações.

Senhora Secretária,

Primeiramente, cabe esclarecer que o processo de planejamento do PLOA/2019 foi elaborado em consonância com a Constituição Federal–CF/88, Lei Orgânica do DF – LODF, Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), Lei nº 4.320/64, Lei Distrital nº 5.950/2015 - Plano Plurianual de 2016-2019 (Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015), Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Manual de Planejamento e Orçamento – MPO, Sistema de Administração Governamental–SAG e de acordo com as orientações contidas no “COMUNICA” do SIGGO.

2. Além desses instrumentos de planejamento orçamentário, este Serviço de Execução Orçamentária elaborou a proposta orçamentária do Tribunal de Contas do DF em consonância com a Portaria-TCDF nº 57, de 7 de fevereiro de 2002, (e-doc. 606EB2AA, peça nº 2), consolidando as informações coletadas das diversas unidades desta Corte, de acordo com os prazos e demais condições estabelecidas nesses instrumentos de planejamento.

3. O Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, e-doc. C62D68C9, peça nº 101, possibilita a comparação entre a proposta orçamentária de 2018, que originou o Orçamento aprovado pela Lei Distrital nº 6.060, 29 de dezembro de 2017, e a proposta orçamentária para o exercício de 2019, ora submetida à apreciação superior.

4. Mediante o Ofício SEGEDAM nº 19/2018-Segedam, de 30/05/2018 (e-doc. 6961886B-e, peça nº 60), foram solicitadas à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF informações sobre os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente líquida. Por meio do Ofício SEI-GDF nº 23/2018-Seplag/Suop/Coger, o Senhor Thiago Rogério Conde, Subsecretário de Orçamento Público, informou que a estimativa

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

da receita corrente líquida para o exercício de 2019 é da ordem de **R\$ 22.745.358.457,00** (e-doc. D1F93EFA-c, peça nº 78).

CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

5. A proposta orçamentária para o exercício de 2019 apresenta dotação da ordem de **R\$ 410.936.769,00 (quatrocentos e dez milhões, novecentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais)**, que, em relação à proposta orçamentária de 2018, registra um acréscimo percentual de **7,20%** (e-doc. C62D68C9, peça nº 101). Esse aumento deve-se, principalmente, aos ajustes realizados nas projeções de despesas com prestação de serviços para manutenção de serviços administrativos gerais do TCDF (contratos vigentes, reajustes/repactuações e novas contratações), à projeção de despesas com outros benefícios assistenciais (atuais e novos beneficiários de planos de saúde, alimentação e pré-escolar) e aos gastos com serviços de gestão e modernização dos sistemas de tecnologia da informação.

6. O quadro a seguir apresenta o resumo das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos, além de possibilitar a comparação entre a Lei Orçamentária de 2018 e a Proposta Orçamentária para o exercício de 2019, com suas respectivas variações por Grupo de Despesa:

QUADRO RESUMO

Grupos de Despesa	Lei Orçamentária 2018	Proposta Orçamentária/2019	Variação %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	276.322.842,00	295.689.659,00	7,01
3 - Outras Despesa Correntes	87.014.993,00	93.190.800,00	7,10
4 - Investimentos	20.000.000,00	22.056.310,00	10,28
Total	383.337.835,00	410.936.769,00	7,20

DESPESAS COM PESSOAL ¹

¹ Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

7. O Serviço de Pagamento de Pessoal, no Anexo da Informação nº 347/2018-SEPAG (e-doc. A55D81D5, peça nº 68), projetou a despesa com pagamento de pessoal ativo no valor estimado de **R\$ 238.098.258,84 (duzentos e trinta e oito milhões, noventa e oito mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)**. Contudo, levando-se em consideração os demais gastos com pessoal, obrigações patronais, contribuição previdenciária, outras despesas variáveis, execução de sentenças judiciais, conversão de licença prêmio em pecúnia, ressarcimentos e indenizações trabalhistas e demais itens de implementação discricionária que dependem da Alta Administração, esse montante passa a ter como limite máximo o valor de **R\$ 295.689.659,00 (duzentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais)**, e-doc. 3C33FD8C, peça nº 90, conforme estimativas de receitas e despesas para o exercício de 2019 projetadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF (e-doc. D1F93EFA-c, peça nº 78), correspondendo ao percentual de 1,3% do orçamento destinado ao TCDF, de acordo com o limite fixado no art. 20, inciso II, alínea “a”, da LRF (Decisão Plenária nº 4.056/2009-TCDF). Ainda, considerando a dedução dos valores estimados para suportar as despesas com abono pecuniário, abono de permanência, indenizações e restituições pessoais, execução de sentenças judiciais e conversão de licença prêmio em pecúnia, resta apurado o valor de **R\$ 278.439.497,00 (duzentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e trinta e noventa mil, quatrocentos e noventa sete reais)** para a despesa líquida de pessoal (e-doc. 3C33FD8C, peça nº 90), que corresponde ao percentual de **1,224%** da RCL, se posicionando abaixo do limite citado.

8. Vale ressaltar que a parcela destinada a atender ao pagamento de inativos e pensionistas (Fonte 106), cujo órgão gestor responsável pela previdência social do Distrito Federal é o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF, não foi incluída na Proposta Orçamentária de 2019, consoante Lei Complementar nº 769/2008, art. 4º, “caput”, c/c o art. 73, § 1º, incisos I e II, e § 2º, incisos I e II:

*“Art. 4º. O Iprev/DF tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes de que trata esta Lei Complementar, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento.
(...)”*

vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da LC 101, de 2000.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

Art. 73. O RPPS/DF será financiado mediante o regime financeiro de repartição simples de reservas matemáticas e regime capitalizado, com a gestão de um fundo de natureza financeira e um fundo de natureza previdenciária, para cobertura de benefícios previdenciários.

§ 1º. Fica instituído o Fundo Financeiro de Previdência – SEGURIDADE SOCIAL, com a seguinte destinação e características:

I – destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2006, bem como aos que já recebiam benefícios nessa data e os respectivos dependentes;

II – baseado no regime de repartição simples, em que toda a arrecadação é utilizada para o pagamento dos benefícios em manutenção no mesmo exercício;

(...)

§ 2º. Fica instituído o Fundo Previdenciário do Distrito Federal – DFPREV, com a seguinte destinação e características:

I – destinado aos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2007 e aos seus dependentes;

II – baseado no sistema de capitalização, que implique a formação de reservas, as quais serão devidamente aplicadas nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme diretrizes previstas em norma específica do Conselho Monetário Nacional e legislação aplicável, e destinado a assegurar o custeio dos benefícios previdenciários; ” (...).

9. A dotação inicial de **Pessoal e Encargos Sociais – Grupo 1**, em comparação com o exercício de 2018, foi incrementada em **R\$ 19.366.817,00 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e dezessete reais)**. Esse incremento foi **7,01%** maior que a dotação de pessoal verificada no orçamento de 2018. Mas, apesar desse incremento, o orçamento para atendimento de despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, natureza de despesa 31.90.11, teve uma redução de **(-6,64%)** frente à dotação inicial do exercício de 2018. Por outro lado, merece destaque o aumento da despesa para atendimento de Obrigações Patronais – RPPS/DF, natureza de despesa 31.91.13, em relação à dotação inicial do exercício de 2018. Esse aumento decorre da previsão de gastos com contribuição patronal para RPPS/DF, nos moldes da Lei Complementar nº 932/2017.

10. Assim, levando-se em consideração a edição da Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017, que reorganizou e unificou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, o Tribunal de Contas do Distrito Federal passou a recolher a parte patronal do Regime Próprio da Previdência Social do Distrito Federal, do Fundo Financeiro da Previdência e do Fundo Capitalizado da Previdência, atendendo ao disposto nos arts. 1º, § 1º, 5º, inciso I, 10, *caput*, 11, *caput*, incisos I e II, 15 e 37 da Lei Complementar nº 932/2017, c/c arts. 54, inciso I, 59 e 63 da Lei Complementar nº 769/2008, a saber:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

Lei Complementar nº 932/2017:

Art. 1º (...)

“§ 1º. O regime de previdência complementar previsto nesta Lei Complementar aplica-se automaticamente aos servidores efetivos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública do Distrito Federal, que entrarem em exercício no serviço público a partir da data de aprovação, pelo órgão federal fiscalizador do regime de previdência complementar fechado, dos instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento dos respectivos planos de benefícios.

(...)

“Art. 5º. Para os efeitos da previdência complementar do servidor público efetivo, consideram-se:
I – patrocinador: os órgãos do Poder Executivo, representados pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, suas autarquias e fundações, do Poder Legislativo, bem como o Tribunal de Contas do Distrito Federal e a Defensoria Pública do Distrito Federal;

(...)

Art. 10. A contribuição normal do participante e do patrocinador para a previdência complementar incide sobre o subsídio ou a remuneração do cargo público efetivo que exceda ao teto do salário de contribuição do regime geral de previdência social.

(...)

Art. 11. A contribuição do patrocinador não pode exceder:

I – ao valor da contribuição do participante;

II – a 8,5% sobre a base de cálculo definida no art. 10.

(...)

“Art. 15. Cada órgão ou entidade do patrocinador é responsável pelo:

(...)

II – recolhimento à DF-PREVICOM das contribuições do patrocinador e dos participantes e assistidos.

(...)

“Art. 37. Cada patrocinador é responsável pelo recolhimento de suas contribuições e pelo repasse à DF-PREVICOM das contribuições descontadas dos participantes a ele vinculados, observado o disposto nesta Lei Complementar e no estatuto.

Parágrafo único. As contribuições devidas pelos patrocinadores devem ser pagas de forma centralizada pelo Poder Executivo em relação à administração pública direta, pelas autarquias, pelas fundações de direito público, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e pela Defensoria Pública do Distrito Federal e correm à conta de suas respectivas dotações orçamentárias.”

Lei Complementar nº 769/2008:

“Art. 54. O RPPS/DF de que trata esta Lei Complementar será custeado mediante os seguintes recursos:

I – contribuição previdência do ente público Distrito Federal;

(...)

Art. 59. A contribuição previdenciária patronal do Distrito Federal, de que trata o art. 54, I, é o dobro das contribuições dos servidores ativos, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

(...)

Art. 63. As contribuições de natureza patronal, bem como as contribuições dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas, previstas no art. 54, I, II e III, obedecerão ao Plano de Custeio e serão repassados ao Iprev/DF pelo Tesouro do Distrito Federal.”

11. Dessa forma, verifica-se que o valor registrado com obrigações patronais, para o exercício de 2019, totaliza o montante estimado de **R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

de reais), o que representa um acréscimo percentual de **366,67%**², em relação à dotação inicial de 2018³, face à edição da Lei Complementar nº 932/2017, que, inclusive, modificou a Lei Complementar nº 769/2008.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES⁴

12. A estimativa de gastos com **Outras Despesas Correntes – Grupo 3**, para o exercício de 2019, totaliza o montante de **R\$ 93.190.800,00 (noventa e três milhões, cento e noventa mil e oitocentos reais)**, superando em **7,10%** a proposta orçamentária enviada para o presente exercício, conforme se verifica no demonstrativo à peça nº 101.

13. O acréscimo verificado é determinado pelas ações voltadas à concessão de benefícios assistenciais, à contratação de novas empresas para prestação de serviços especializados, à previsão de reajustes/repactuações de contratos, às ações de tecnologia da informação, aos gastos com capacitação e à concessão de bolsas de graduação, pós-graduação e idioma aos servidores.

14. Vale ressaltar o crescimento registrado nas ações voltadas para a modernização de sistema de informática e para a gestão da informação e dos sistemas de Tecnologia da Informação, representando um acréscimo de aproximadamente 26,37%, em relação ao orçamento de 2018.

INVESTIMENTOS⁵

15. A projeção das despesas com **Investimentos – Grupo 4**, para o exercício de 2019, assume o valor de **R\$ 22.056.310,00 (vinte e dois milhões, cinquenta e seis mil e trezentos e**

² % de aumento da rubrica = $(42.000.000,00/9.000.000,00) - 1 \times 100\% = 366,67\%$

³ Cabe esclarecer que, quando da elaboração da proposta orçamentária de 2018, a Lei Complementar nº 932/2017 não havia sido aprovada pela CLDF, tendo sido previsto o montante inicial de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), o que levou ao reforço dessa dotação durante o corrente exercício em R\$ 37.950.000,00 (trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil reais).

⁴ Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

⁵ Despesas orçamentárias com *softwares* e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

dez reais), superando em **10,28%** o total do orçamento de 2018. Esse incremento é atribuído às ações discriminadas a seguir:

Promover a elaboração de projetos e estudos preliminares para ampliação do Edifício Anexo II do TCDF.	R\$ 200.000,00
Promover a reforma do Edifício Sede 1º e 2º andares (caso não ocorra contratação de empresa para promover a reforma no presente exercício).	R\$ 9.700.000,00 (*)
Adquirir telas solares.	R\$ 1.000.000,00
Instalar usina fotovoltaica na cobertura do Edifício Anexo do TCDF.	R\$ 150.000,00
Promover a aquisição de mobiliário (em virtude da reforma do Edifício Sede) e outros equipamentos.	R\$ 5.771.310,00
Modernizar o sistema de TI do TCDF.	R\$ 604.000,00
Adquirir equipamentos de informática.	R\$ 4.631.000,00
Valor Estimado	R\$ 22.056.310,00

(*) Valor que dependerá de decisão da Alta Administração a respeito do início da obra de reforma do Edifício Sede 1º e 2º andares. Caso a Administração inicie a obra de reforma no corrente exercício, esse valor sofrerá uma redução em torno de 50%.

CONCLUSÃO

16. No que diz respeito às ações constantes no PPA 2016-2019, de acordo com as novas instruções da Subsecretaria de Orçamento, Mensagem nº 9050, de 10/05/2018 (e-doc. 4C7F27B2, peça nº 80), faz-se necessária a criação de nova ação relacionada a “Operações Especiais”⁶, para atendimento de gastos com contribuições a entidades, nacionais e internacionais, sem fins lucrativos (Elemento de Despesa 41)⁷. Vale informar que essa providência já se encontra em andamento, conforme Ofício nº 22 – SEGEDAM, de 04/07/2018 (e-doc. 9B07A07A, peça nº 84). Desse modo, a criação dessa ação visa apenas ajustar o orçamento do TCDF, no que concerne às Modalidades de Aplicação típicas de transferências, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, combinado com a Instrução Normativa nº 3/2015, da Secretaria de Fazenda do DF.

17. Diante do exposto, submetemos a proposta orçamentária deste Tribunal de Contas à apreciação de Vossa Senhoria, observando que, embora a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 ainda não tenha sido publicada, esta proposta foi elaborada em consonância

⁶ Operação Especial – despesa que não contribui para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta, sob a forma de bens ou serviços.

⁷ 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo. Despesas Orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SECOF

com o Plano Plurianual de 2016-2019 (Lei nº 5.602, de 30 de dezembro de 2015), com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, e de acordo com informações obtidas junto à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal.

Resta salientar que, conforme Portaria nº 262, de 05 de junho de 2018 (DODF nº 107, de 07/06/2018), da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, o lançamento dos valores da proposta orçamentária do TCDF no sistema específico deverá ser realizado no período de **06 a 31/07/2018**.

Respeitosamente,

ANA PAULA AZEVEDO SANTANA

Chefe